

THAT *EXECRABLE* KENNEL: UMA ANÁLISE DO *ETHOS* DE LORDE BYRON PELO VIÉS DA SEMIOLINGUÍSTICA¹

THAT *EXECRABLE* KENNEL: AN ANALYSIS OF LORDE BYRON'S *ETHOS* THROUGH THE SEMIOLINGUISTIC

Marília Mesquita Queiroz²

RESUMO: O presente artigo tem como meta analisar o *ethos* em uma carta familiar escrita por Lorde Byron para a mãe, Catherine Gordon, pelo viés da Semiologia de Charaudeau (2016), com foco na análise dos modos de organização Enunciativo e Argumentativo. Para a observação das Circunstâncias de Discurso, da identidade social desses sujeitos e do entorno sócio-histórico e ideológico no qual os parceiros estão inseridos tomamos como base Prothero (1898), Marchand (1993), Eisler (1999), MacCarthy (2014) e Lansdown (2015). A noção de *ethos* é revisada a partir de Maingueneau (2005;2011), Kerbrat-Orecchioni (2010) e Charaudeau (2017). As análises apontam que, a lógica discursiva é articulada de forma variada. Na encenação argumentativa, os procedimentos semânticos se baseiam em argumentos de domínio ético, pragmático e hedônico e os procedimentos discursivos mais comuns são os de definição, comparação e citação. Os elementos discursivos mobilizados no discurso constroem a imagem de enunciador que, apesar de dizer-se, indiretamente, responsável, honrado e sensível para com a opinião de TUd, deixa mostrar um *ethos* vaidoso, crítico, rude, chantagista, irônico, arrogante, esnobe e desrespeitoso.

Palavras-chave: Discurso. Semiologia. *Ethos*. Lorde Byron.

ABSTRACT: This work aims at analyzing the *ethos* in a letter written by Lord Byron to his mother, Catherine Gordon, taking as a main basis the theoretical and methodological framework of Semiology, by Patrick Charaudeau (2016), with a focus on the Enunciative and Argumentative modes. For examining the Circumstances of communication, the socio-historical and ideological environment of the subjects, we get support in Prothero (1898), Marchand (1993), Eisler (1999), MacCarthy (2014) and Lansdown (2015). The notion of *ethos* is revised from Maingueneau (2005; 2011), Kerbrat-Orecchioni (2010) and Charaudeau (2017). The analyses indicate that the discursive organization is diverse. In the argumentative scenario, semantic procedures are based on arguments of ethical, pragmatic and hedonic domain, and the most common discursive procedures are those of definition, comparison and quotation. Discursive elements show that despite trying to give himself an image of responsible, honest and sensitive to the interlocutor's opinion, the subject constructs an *ethos* of a vain, critical, rude, blackmailing, ironic, arrogant, snobbish and disrespectful speaker.

Keywords: Discourse. Semiology. *Ethos*. Lord Byron.

Introdução

As cartas de Lorde Byron (1788 – 1824) são objeto de interesse desde a primeira metade do século XIX. Inicialmente por parte de fãs e outros contemporâneos do poeta, e depois por parte de biógrafos e estudiosos contemporâneos de língua e literatura inglesa no meio acadêmico. Nesse sentido, o presente

¹ Este trabalho é parte da dissertação intitulada “O *ethos* byroniano nas cartas a Catherine Gordon: uma análise semiológica do discurso de Lorde Byron”.

² Mestre em Letras (UFPI 2019). Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica (IFPI 2015). Licenciada em Língua e Literatura Inglesa (UFPI 2002). Docente efetiva do Instituto Federal do Piauí, *campus* Angical (2008). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí (NEPAD-UFPI). E-mail: marilia.mesquita@ifpi.edu.br.

artigo tem como meta analisar o *ethos* em uma carta familiar escrita por Lorde Byron para a mãe, Catherine Gordon, pelo viés da Semiologia de Charaudeau, com foco na análise dos modos de organização Enunciativo e Argumentativo.

Considerando que o signo só existe no discurso e que os “possíveis interpretativos nos são sugeridos pelo contexto” (CHARAUDEAU, 2016, p. 29), para a observação das Circunstâncias de Discurso, do entorno sócio-histórico e ideológico no qual os parceiros estão inseridos e da identidade social desses sujeitos, fatores essenciais para direcionar a análise, tomamos como base as obras de Prothero (1898), Marchand (1993), Eisler (1999), MacCarthy (2014) e Lansdown (2015).

A noção de *ethos*, por sua vez, é revisada a partir de teóricos da Análise do Discurso como Maingueneau (2005;2011), Kerbrat-Orecchioni (2010) e Charaudeau (2017), que apresentam uma configuração mais moderna desse conceito, em detrimento da visão clássica, sugerindo possibilidades mais amplas de compreensão e valorizando as suas implicações com o *pathos* e o *logos*.

O ato de linguagem e os modos de organização do discurso

Charaudeau (2017, p.52) considera que “todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (Bourdieu), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem”. Como objeto de estudo da Semiologia, o ato de linguagem é definido tendo em vista esses dois campos e é compreendido como um ato *interenunciativo* entre *quatro sujeitos*, sendo representado em um *quadro comunicacional* que inclui o projeto de fala, a finalidade contratual e os referidos sujeitos: um sujeito comunicante (EUC) e um sujeito interpretante (TUi), que se encontram no circuito externo (lugar de ação) e um sujeito enunciativo (EUE) e um sujeito destinatário (TUD), que se encontram no circuito interna (lugar de fala) de um.

Na análise do ato de linguagem consideram-se, portanto, a encenação discursiva e o mundo situacional, lugar de circulação de saberes partilhados entre os sujeitos. Por ser um fenômeno de natureza psicossocial, o contrato de comunicação entre esses sujeitos é regido por regras inerentes às práticas e normas sociais às quais estão submetidos. Apesar disso, o sujeito comunicante, por meio de sua margem de manobra, apresenta sua intenção utilizando várias estratégias, organizando o seu projeto de fala através de diferentes modos.

Por serem mais relevantes no *corpus*, daremos foco, neste artigo, à análise dos modos Enunciativo e Argumentativo. Como aponta Charaudeau (2016), o primeiro está relacionado à maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de linguagem: à posição que ocupa em relação ao interlocutor (comportamento alocutivo), aos seus pontos de vista (comportamento elocutivo) e à sua relação com um terceiro (comportamento delocutivo). No alocutivo, EUE atribui a si papéis de superioridade, quando

impõe ao interlocutor a execução de uma ação, ou de inferioridade, quando produz petição decorrente da necessidade do “saber” ou “poder fazer” do interlocutor.

O elocutivo, por sua vez, caracteriza o comportamento em que o falante modaliza subjetivamente um ponto de vista sobre o mundo. Para isso, utiliza modalidades de constatação e de saber/ignorância (modo de saber), de opinião e de apreciação (avaliação), de obrigação, de possibilidade e de querer (motivação), de promessa, de aceitação/recusa, de acordo/desacordo e de declaração (engajamento) e de proclamação (decisão). No caso do comportamento delocutivo, há um apagamento do sujeito falante, resultando em uma enunciação aparentemente objetiva. Nesse caso, as modalidades são desvinculadas do locutor e do interlocutor e podem ser caracterizadas como asserção (e suas variantes) e discurso relatado.

Ao discorrer sobre o modo Argumentativo, Charaudeau (2016) define o argumentar como uma atividade discursiva na qual se busca uma *racionalidade*, ligada à experiência social e individual do sujeito e às operações cognitivas que constroem um universo discursivo de explicação, e uma *influência*, que tende a levar o outro a aderir às mesmas propostas, num ideal de persuasão.

Nesse sentido, ao organizar a lógica argumentativa, o sujeito encadeia os elementos de base *Asserção de partida*(A1), *Asserção de chegada*(A2) e *Asserção de passagem* tanto por categorias de implicação e explicação quanto por articulações lógicas outras (conjunção, disjunção, restrição, oposição, causa, consequência e finalidade), podendo demonstrar modos de raciocínio como dedução, explicação, associação, escolha alternativa e concessão restritiva. Instado a se posicionar, o sujeito comunicante desenvolve uma encenação argumentativa por meio de certos componentes e de procedimentos, que mobiliza para melhor atingir o seu objetivo de persuasão.

Os *componentes* da encenação estão ligados ao dispositivo argumentativo, aos fatores situacionais que configuram a argumentação e às posições do sujeito, e os *procedimentos* são de ordem semântica, discursiva e de composição. Os procedimentos semânticos se baseiam no valor dos argumentos, que, com base no consenso social, são estabelecidos a partir de domínios de avaliação e valores da ordem do ético, da verdade, do estético, do hedônico e do pragmático. Os procedimentos discursivos, por sua vez, visam utilizar categorias de língua ou procedimentos de outros modos de organização para produzir determinados efeitos de persuasão. Tais efeitos se configuram por meio de definições, comparações, descrições narrativas, citações, acumulações ou questionamentos argumentativos.

A noção de *ethos*

O conceito de *ethos* vem sendo estudado com relativa frequência por teóricos da AD, estando ligado à construção da imagem daquele que protagoniza o discurso em suas diversas formas de manifestação. Ao discorrer sobre o tema, Maingueneau (2011) apresenta uma noção de *ethos* que é

discursiva e coextensiva a toda enunciação. O enunciador, ao se manifestar através do discurso, ativa no interpretante a elaboração de uma imagem que é avaliada positiva ou negativamente, a partir de um conjunto de representações sociais estereotípicas oriundas do universo de conhecimentos e crenças do(s) interlocutor(es). Reconhecendo a importância do desenvolvimento e das reinterpretações do conceito, o autor concebe uma noção encarnada de *ethos*, na qual a imagem de um “fiador” está ligada tanto à dimensão verbal (tom) quanto à psicológica (caráter) e à física (maneiras, compleição), podendo ser “incorporada” pelo destinatário por meio de representações características associadas a determinadas “personagens” da sociedade, construídas com base em estereótipos.

Kerbrat-Orecchioni (2010), por sua vez, concebe o *ethos* como uma questão de maneiras (boas ou más) configuradas num duplo processo semiótico: um normal, o da enunciação de uma informação qualquer, e um paralelo, no qual o locutor, por meio de seu comportamento verbal, paraverbal e não-verbal, constrói significados éticos, características ligadas a fatores identitários. Nesse viés, alguns atributos éticos podem caracterizar o comportamento de um indivíduo: caloroso, descontraído, firme, pretencioso, respeitoso, reservado, desconfiado, etc., A autora ressalta que o *ethos* advém mais do *parecer* do que do *ser*, não refletindo, necessariamente, a identidade real do sujeito.

Ao discorrer sobre o conceito, Charaudeau (2017) enfatiza a importância de se considerar tanto a imagem do enunciador, instituído na enunciação, quanto a do locutor como ser empírico. Segundo ele, ao se pensar em *ethos*, é necessário considerar os dois aspectos, pois, a princípio, é a identidade social do locutor que o legitima como ser comunicante.

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única. De fato, quem pode crer que quando os indivíduos falam, não se toma o que eles dizem pelo que eles são? (CHARAUDEAU, 2017, p.115-116).

Ao definir o *ethos* como a fusão entre as identidades discursiva e social do sujeito, o autor também enfatiza que isso não quer dizer que o sujeito que fala ignore seu poder de usar “máscaras”, a partir de estratégias de persuasão que constituem (ou tentam constituir, já que o *ethos* não é completamente voluntário) identidades conforme o seu desejo, nem que o interlocutor seja sempre pego na “armadilha da identidade discursiva” que o enunciador tenta lhe impor. Assim, Charaudeau (2017) assevera que a imagem que o enunciador pensa transmitir não necessariamente coincide com a percepção do destinatário, que muitas vezes constrói um *ethos* distinto daquele desejado pelo locutor.

Ao construir categorias de *ethé* com base no discurso político (sério, virtuoso, de potência, caráter, etc), Charaudeau (2017) assegura que tais categorias são comuns e constituem a essência do fenômeno

linguageiro como um todo, pois os discursos estão perpassados por ideias e “não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de constituir imagens” (2017, p. 118). A partir dessa perspectiva, compreende-se que a organização da lógica argumentativa (*logos*) faz resultar uma determinada imagem, desdobrando-se também, a partir dele e desse *ethos*, elementos ligados ao *pathos*, pois “as emoções são de ordem intencional, estão ligadas a saberes de crença e se inscrevem em uma problemática da representação psicossocial” (CHARAUDEAU, 2007, p. 2).

A lógica discursiva, em seu arranjo intencional orientado para determinados propósitos (como o de construir um *ethos* determinado), tanto pode causar em outrem como fazer refletir, no discurso do enunciador, determinados efeitos patêmicos. Nesse sentido, a orientação argumentativa e o contexto são essenciais para a determinação de efeitos patêmicos, pois, mesmo em enunciados que não comportam vocábulos patemizantes, o contexto e as circunstâncias de enunciação podem indicar a ocorrência desses efeitos (positivos ou negativos), que, por sua vez, podem direcionar o alvo da argumentação a um determinado comportamento.

Ao propor tópicos duplamente polarizados para exemplificar os efeitos patêmicos, Charaudeau (2007) menciona o tópico da dor e da alegria; o da angústia e da esperança; o da antipatia e da simpatia; e o da atração e da repulsa. Inseridos nesses quatro grandes tópicos, o autor cita vários efeitos patêmicos que podem ser desencadeados no discurso: tristeza, vergonha, incômodo, humilhação, satisfação, vaidade, orgulho, contentamento, aborrecimento, medo, terror, confiança, desejo, indignação, acusação, denúncia, ódio, admiração, desprezo, desgosto, aversão, fobia, benevolência e compaixão, dentre outros.

Amarras contratuais

Na correspondência em análise, Byron contava 18 anos de idade e se encontrava em Londres. De lá, escreve à mãe, que está na cidade de Southwell. O objetivo principal do rapaz parece ser informar a interlocutora sobre seu plano de abandonar os estudos em Cambridge e passar dois anos em viagem ao exterior. Todavia, antes de anunciar este propósito, busca justificar o abandono da faculdade e esclarecer TUd sobre alguns assuntos de ordem financeira. Conforme Marchand (1993), na situação em que a carta foi escrita, o jovem tinha acabado de contrair um alto empréstimo com agiotas. Com isso, escreve à mãe para informar que quitou os débitos na antiga escola (Harrow) e também na faculdade.

Tendo em vista a organização social da Inglaterra no século XIX, o lugar ocupado por Byron era privilegiado, pois era o sexto barão Byron de Rochdale, um lorde. Isso certamente significava *status*, porém, na análise discursiva proposta aqui, as convenções ligadas à instituição familiar prevalecem na observação de fatores como a relação hierárquica entre os sujeitos, que, por esta ótica, é de superioridade da mãe com relação ao filho.

Assim, a julgar pela diferença de idade entre os sujeitos e pela relação filio-parental entre eles, imaginamos, inicialmente, uma relação de inferioridade do locutor em relação à interlocutora. Esse ponto de vista é reforçado de forma direta pelo próprio Byron em uma carta para a meia-irmã Augusta, na qual reflete sobre o temperamento de Catherine e reconhece a posição de autoridade da matriarca:

I thought my dear Augusta that your opinion of my *meek mamma* would coincide with mine. Her temper is so so variable, and when inflamed, so furious, that I dread our meeting (...) Am I to call this woman a mother? Because by nature's law she has authority over me, am I to be trampled upon in this manner? (...) I owe her respect as a Son, But I renounce her as a friend (...) Am I to be eternally subjected to her caprice? I hope not, indeed a few short years will emancipate me from the Shackles I now wear (...)³ (LANSDOWN, 2015, p. 16).

Como é possível notar, apesar de sentir-se preso e insatisfeito com a convivência com sua *dócil mãe*, Byron reconhece que, pela lei natural, a genitora se encontra em posição superior com relação a ele. Além disso, reconhece também que deve acatar a situação por alguns anos (até que se torne emancipado) e que, como filho, deve respeito a ela. Em consonância com as sugestões de Marchand (1993) e Eisler (1999) de que Byron sentia medo da mãe, o trecho deixa clara a existência desse temor, o que pode ser considerada uma restrição de ordem psicológica. Assim, o estatuto de Byron como filho, bem como o fato de ser menor de idade, podem ser compreendidos como restrições, pois a prática social do início do século XIX na Inglaterra, determinava que antes de 21 anos de idade completos, o indivíduo ainda necessitava de um responsável legal pelos seus atos⁴.

Arranjos enunciativos e argumentação no discurso byroniano

Apesar de se considerar submisso, nota-se que Byron mostra uma tendência à subversão de determinadas regras, quando estas vão contra os seus interesses. No ato de linguagem como um todo, percebe-se uma postura decidida por parte do EUE, e, ao observarmos a relação de força estabelecida entre os sujeitos, percebemos a interlocutora situada em uma posição de inferioridade em relação ao enunciador. Tal situação pode ser ilustrada com os trechos 1 e 2:

³ **Achei, minha querida Augusta, que sua opinião sobre minha *dócil mãe* coincidiria com a minha. O temperamento dela é tão instável, e quando inflamado, tão furioso, que temo nosso encontro (...) devo chamar essa mulher de mãe? Porque pela lei da natureza ela tem autoridade sobre mim, devo ser pisoteado dessa maneira? (...) eu devo respeito a ela como filho, mas eu renuncio a ela como amiga (...) devo ser eternamente submetido ao capricho dela? Espero que não, na verdade, alguns poucos anos me emanciparão das algemas que eu uso agora (...).**

⁴ **Conf. MacCarthy (2014, p.80) e THANE, P. Childhood in History: the Sociology of Childhood and Youth. *In*: https://www.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/24504_Ch01.pdf. Acesso em: 03 maio 2018.**

1. “Notwithstanding your sage and economical advice I have paid my *Harrow* debts, as I can better afford to wait for the Money than the poor Devils who were my creditors.”⁵

2. “I (...) wish to pass a couple of years abroad (...) I presume you will all agree, and if you do not, I will, if possible, get away without your Consent”⁶

Pelo trecho de abertura da carta, ilustrado no exemplo 1, observa-se que o tema inicial do discurso é finanças. Um assunto delicado, pois a mãe sabe da situação preocupante do filho quanto a esse aspecto. Nessas primeiras linhas, já é possível observar que o enunciador se posiciona em patamar superior, pois, ao mesmo tempo em que julga, parece desdenhar do conselho dado por Catherine ao classificá-lo como “sábio e econômico”. O uso da preposição “notwithstanding”, que configura ideia de contraste, deixa entender que o enunciador agiu de forma contrária às recomendações feitas por meio desse conselho. Assim, de forma aparentemente irônica e insolente, EUE parece afirmar que fez exatamente o oposto do que foi aconselhado pela interlocutora.

Como se vê, o procedimento linguístico utilizado é compatível com um julgamento, pois o enunciador situa uma ação realizada, postulando que TUD é responsável por ela (o ato de aconselhar), e a julga como ruim logo em seguida, pois se não seguiu o conselho, subentende-se que ele não é bom. A ironia se faz através da exaltação das qualidades positivas do conselho recebido, “sábio e econômico”, e da referida preposição, que denota oposição. Em suas impressões sobre essa carta, Marchand (1993) caracteriza esse comportamento como malicioso. Eisler (1999) considera o tom do enunciador desdenhoso e arrogante.

O exemplo 2 também mostra o mesmo posicionamento hierárquico, pois o comportamento alocutivo do enunciador é marcado por modalidade de aviso. Nele, EUE afirma, de forma bem clara, que fará o que pretende, mesmo sem o consentimento de TUD. Com isso, faz também uma ameaça, pois assevera que uma objeção por parte da interlocutora não o fará recuar de seu intento. Consideradas as restrições discursivas de ordem institucional e psicossocial já mencionadas, configura-se aí uma inversão de papéis, marcada pela utilização de modalidades de aviso/ameaça e julgamento.

Com relação ao comportamento elocutivo, observamos a expressão, por parte de EUE, de pontos de vista bem variados: constatação, avaliação, saber, motivação, engajamento e decisão. Algumas desses

⁵ Apesar de seu conselho sábio e econômico, eu paguei minhas dívidas de Harrow, pois posso esperar mais pelo dinheiro do que os pobres diabos que eram meus credores.

⁶ **Quero passar dois anos no exterior (...) suponho que todos vocês concordarão e, se não concordarem, fugirei, se possível, sem o seu consentimento.**

pontos de vista do sujeito falante sobre o mundo podem ser ilustradas tanto nos excertos 1 e 2 quanto no seguinte trecho:

3. “’Tis true I cannot enter France; but Germany and the courts of Berlin, Vienna & Petersburg are still open”⁷ (C5)

O exemplo 3 ilustra uma constatação. O locutor reconhece um fato do qual observa objetivamente a existência: não pode entrar na França, mas a Alemanha e as cortes de Berlim, Viena e Petersburgo ainda estão abertas. Retomando as circunstâncias de discurso, compreendemos que, com essa observação, EUC constata o fato de que, apesar do conflito entre França e Inglaterra⁸, as relações amigáveis entre os três países cujas capitais são mencionadas e a última ainda estavam mantidas.

Também nesse trecho, observa-se o comportamento delocutivo do enunciador, com a retomada da fala de terceiros por uma modalidade de asserção, expressa a partir da construção linguística “’Tis true”, que indica uma evidência: o locutor não pode entrar na França. Dessa forma, EUC retoma uma enunciação de seu entorno histórico-social e testemunha a maneira pela qual um discurso do mundo se impõe a ele: estando a Inglaterra em guerra com aquele país, qualquer cidadão inglês, até mesmo um lorde, poderia correr o risco de ser considerado *persona non grata* em território francês.

Tendo em vista a ideia de Moraes (2009, p. 124) de que “a mensagem epistolar não é apenas um assunto, mas uma (sutil) estratégia de persuasão”, vemos que Byron estabelece suas expedições discursivas organizando sua argumentação de acordo com as possibilidades situacionais. É ciente, por exemplo, de que a mãe, apesar de ter surtos de raiva incontrolável, tem uma dependência emocional com relação a ele e fica abalada diante de seu sofrimento, chegando a sacrificar o próprio conforto por ele⁹.

Assim, há passagens em que o *pathos* é utilizado como estratégia discursiva, pois o sujeito comunicante, apesar de reconhecer-se submisso à mãe, é ciente dessa ligação sentimental. EUC busca, portanto, atingir a sensibilidade de TUD trazendo ao seu dizer eventos que possam alterar suas emoções, seja ferindo o seu orgulho, chocando-a ou emocionando-a positiva ou negativamente. Como exemplo, podemos citar o trecho 6, analisado mais adiante, e o excerto abaixo, no qual EUC busca atrair simpatias ao pedir a cumplicidade da interlocutora sobre seus segredos.

⁷ É verdade que eu não posso entrar na França, mas a Alemanha e as cortes de Berlim, Viena e Petersburgo ainda estão abertas.

⁸ No período em que a carta foi escrita, Inglaterra e França estavam em guerra. Informações de Eisler (1999), dão conta de que Byron tinha cinco anos de idade quando a guerra com a França começou, tendo continuado até 1815, quando o poeta contava 27 anos.

⁹ Conf. Marchand (1993).

4. “This is my project, at present I wish *you* to be silent to Hanson about it.”¹⁰

Além do uso de estratégias de cunho patêmico, também é possível notar que EUc busca convencer TUD sobre seu projeto a partir de sua identidade social. No trecho 5, a seguir, utiliza a autorreferência para defender que, por ser um aristocrata, tem autoridade para enunciar sobre ou saber o que é melhor para um nobre. Analisando o dispositivo argumentativo que aí se configura, vemos que EUe refuta a proposta de permanecer na faculdade, e, para defender sua tomada de posição contra essa proposta, desenvolve sua contestação por meio de procedimentos de persuasão ligados à sua experiência pessoal de “Man of Rank”.

5. “I find it inconvenient to remain at College, not for the expence, as I could live on my allowance (only I am naturally extravagant); however the mode of going on does not suit my constitution. Improvement at an English University to a Man of Rank is, you know, impossible, and the very Idea *ridiculous* (...) I can now leave with Honour, as I have paid everything, & wish to pass a couple of years abroad, where I am certain of employing my time to far more advantage and at much less expence, than at our English Seminaries.”¹¹ (C5)

Como se vê, o EUe justifica a proposta de que permanecer na faculdade é inconveniente alegando, entre outras razões, que não se adequa ao modo como as coisas funcionam ali, onde, segundo ele, o aprimoramento é impossível para um homem de *status*, sendo tal ideia ridícula. Nesse trecho, temos um procedimento argumentativo semântico baseado em consenso social, pois, segundo Marchand (1993), nessa época havia, na cultura de Cambridge, um verdadeiro desprezo pelo aprendizado, estando os alunos com títulos nobiliárquicos isentos de obrigações acadêmicas importantes como assistir palestras e realizar provas, o que os levava a empregar o seu tempo em condutas de indisciplina ou em atividades distintas daquelas esperadas de quem vive num ambiente acadêmico e ali se encontra para aprimorar seus conhecimentos por meio de um curso universitário.

Corroborando essa ideia, Eisler (1999) discute o fato de que os críticos das universidades britânicas da época já vinham lamentando o declínio dessas instituições há pelo menos 50 anos,

¹⁰ Este é o meu projeto, no momento desejo que você não conte a Hanson sobre isso.

¹¹ Eu acho inconveniente permanecer na faculdade, não pelo gasto, pois eu poderia viver da minha mesada (só que eu sou naturalmente extravagante); no entanto, o modo como funciona não se adequa à minha natureza. O aprimoramento em uma universidade inglesa para um homem de *status* é, você sabe, impossível, e a própria ideia é ridícula. (...) agora eu posso sair com honra, pois paguei tudo, e gostaria de passar dois anos no exterior, onde tenho certeza que vou empregar meu tempo com muito mais vantagens e com muito menos gastos do que em nossos seminários ingleses.”

ressaltando que, por volta da metade do século XVIII, Oxford e Cambridge encontravam-se decaídas tanto em termos intelectuais quanto morais, visto que a vida desregrada dos estudantes ricos e intitulados era a característica mais marcante nessas duas instituições. Tanto em Eisler (1999) quanto em Prothero (1898) e Marchand (1993) é possível encontrar relatos nos quais Byron avalia o caos que presencia, enfatizando os desvios de conduta dos estudantes e do próprio professor.

Compreende-se, assim, que a ideia de que aprimorar-se em uma universidade inglesa é ridícula, defendida por EUE, baseia-se nos saberes partilhados sobre a liberdade dos jovens nobres no meio acadêmico e no conhecimento comum de que, naquela sociedade, ter um título nobiliárquico já era suficiente para a elevação do status. Tais fatos são observados a partir da vivência pessoal do próprio EUE como sujeito social inserido naquele meio e podem ser considerados argumentos de ordem pragmática.

Como reforço aos seus argumentos para deixar a faculdade, EUE menciona ainda o fato de ter quitado os seus débitos para com a instituição, o que, em sua visão, lhe permite sair de lá de maneira honrada. Com isso, utiliza um argumento com valores de domínio ético, pois, pelas leis impostas ao indivíduo pelo consenso social, pagar as dívidas é sinônimo de honradez, estando aí implicados valores como honestidade, responsabilidade e justiça. Ao mostrar que dá importância a esses valores, diz-se, indiretamente, honrado, responsável e justo, pois, se pagou tudo, então pode ter essas características atribuídas a si. Tais aspectos também implicam patemização, pois, como já vimos, mostrar-se politicamente correto atrai simpatias, facilitando a adesão à proposta apresentada.

O trecho 6, mostrado a seguir, exemplifica um argumento de domínio pragmático com visada patêmica. Nele, o enunciador parece mostrar-se incomodado pelo fato de haver apenas mulheres trabalhando para a mãe. Esse pensamento pode ser ancorado no trecho em que EUE afirma que a interlocutora passará despercebida (provavelmente perante a sociedade) porque não tem nenhum empregado (homem) entre seus subordinados:

6. I hope you have engaged a Man Servant, else it will be impossible for me to visit you, since my Servant must attend chiefly to his horses; at the same Time you must cut an indifferent Figure with only maids in your habitation.¹²

Analisando o exemplo 6 a partir dos componentes da encenação argumentativa, identificamos no trecho “I hope you have engaged a Man Servant” uma asserção de partida (A1) na qual o enunciador

¹² **Espero que você tenha contratado um empregado, senão será impossível para mim visitá-la, já que meu criado deve cuidar em primeiro lugar dos cavalos dele; além disso, você vai passar despercebida tendo apenas empregadas mulheres em sua casa.**

impõe a contratação de um empregado como requisito para que possa visitar TUd. A asserção de chegada (A2) “it will be impossible for me to visit you”, é unida a A1 por meio do articulador lógico *else*. Nesse sentido, A1 representa uma condição para que a referida visita se concretize. A asserção de passagem, que justifica a relação de causalidade entre A1 e A2, pode ser identificada no trecho “since my servant must attend chiefly to his horses”, no qual o enunciador afirma que o seu criado já estará ocupado, o que justificaria a necessidade da contratação de um outro criado. Esse argumento, com o qual EUE busca levar a destinatária a aceitar a sua proposta, é reforçado, em seguida, com outra justificativa, a de que ter apenas empregadas mulheres não lhe dará visibilidade.

Como se vê, o modo de encadeamento entre A1 e A2 ocorre a partir de uma disjunção acompanhada por uma frase com teor de negação (dado pelo vocábulo “impossible”), que expressa uma relação de causalidade entre elas equivalente a “se não contratar um empregado, então não irei”. O modo de raciocínio é compatível com uma escolha alternativa entre positivo/ negativo. TUd deve escolher entre contratar um empregado (algo negativo, pois não tem condições financeiras¹³) e ter a companhia do filho (positivo) ou não contratar (e economizar, algo positivo) e não ter a companhia do filho (negativo). O interesse de EUE na contratação de um empregado é justificado com argumentos que são consequências dessa ação (ou melhor, da não realização dessa ação). Em outras palavras, EUE diz: “Contrate um criado para que eu possa visitá-la, pois o meu empregado cuidará dos cavalos” e, em um segundo argumento, “Contrate um criado para não passar despercebida tendo apenas empregadas em sua casa”.

Por meio dessas justificativas, é possível inferir que ter empregados do sexo masculino era um fator de valorização social, algo que a vaidade de Byron levava a considerar de suma importância a ponto de impor como condição para que pudesse visitar a mãe, chantageando-a. Com o segundo argumento, EUE parece querer incitar a interlocutora utilizando-se de visada patêmica, quando aponta que ela passará despercebida. Catherine era vaidosa, e, para influenciá-la ou mesmo irritá-la, vai por esse caminho. Neste caso, a emoção a ser despertada pode estar vinculada a um mal-estar causado por um suposto sentimento de superioridade e vaidade não realizados por parte dela.

Tais justificativas também parecem mostrar que EUC não tem intenção nenhuma de visitar a mãe, pois sabe que a situação financeira dela é difícil e que não possui recursos para a contratação que lhe impõe. Essa falta de interesse em visitá-la se manifesta de maneira distinta em outro trecho. Nele, o EUE reforça, a partir de sua maneira de falar, que sente aversão pelo lugar onde a genitora mora:

¹³ Conf. Prothero (1898, p.95).

7. (...) perhaps I shall bring my Horses and myself down to your residence in that *execrable* Kennel¹⁴.

Além de ser um potencial desencadeador de emoções, esse trecho pode ser compreendido também como uma justificativa para a resistência do enunciador em visitar a mãe. O asco que demonstra a partir do vocábulo “*execrable*” (devidamente enfatizado) pode ser interpretado como de domínio hedônico, pois tem ligação com os sentidos, evidenciando um mal-estar por parte de EUE. Como se vê, o enunciador demonstra desdém pelo local onde a mãe vive, marcando esse menosprezo a partir da maneira como vê o local (sarjeta execrável), caracterização que também pode ser vista como zombaria e insulto. De fato, o conteúdo da carta atinge em cheio as emoções da destinatária. Conforme destaca Prothero (1898), em nota sobre as circunstâncias posteriores a esse ato enunciativo, Catherine escreve ao advogado Hanson em tom de revolta, lastimando-se sobre o fato de Byron mostrar asco pelo lugar onde ela mora, sobre querer impor a contratação de um empregado e questionando sobre onde o rapaz teria arranjado dinheiro para quitar dívidas, afirmando também que jamais consentirá com a viagem que pretende fazer.

That *Execrable* Kennel: o *Ethos* Esnobe

Ao longo do ato de linguagem em análise, o enunciador deixa mostrar imagens bem diversas. Quando reforça os argumentos para deixar a faculdade, mencionando o fato de ter quitado os seus débitos para com a instituição, podendo sair com honra, pois pagou tudo, EUE delinea, a princípio, um *ethos* de virtuoso, honrado, pois mostra valorizar condutas como responsabilidade e honestidade. Todavia, essa tentativa do sujeito comunicante de construir uma boa imagem configura-se somente como uma busca de reforçar o seu poder de influência sobre TUD, já que provavelmente poderá levar a interlocutora a aderir ao seu discurso caso ela construa para ele uma imagem de nobre, honesto e cumpridor de seus deveres.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessa tentativa de engendrar uma imagem com características positivas, esse *ethos* não necessariamente será caracterizado como sendo de credibilidade por TUD, visto que, como ressalta Charaudeau (2017, p.137), “o *ethos* de credibilidade se constrói em uma interação entre a identidade social e a identidade discursiva, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social”. Dessa forma, em sendo conhecidas essas identidades por TUD, a tentativa de delinear uma imagem de credibilidade pode, neste caso, se tornar falha.

¹⁴ (...) talvez eu me dirija com meus cavalos para a sua residência naquela sarjeta execrável.

Buscando mostrar-se digno de crédito, o enunciador termina por configurar também um *ethos* de inteligência, na figura da malícia, visto que há, neste caso, um jogo entre o ser e o parecer, um “saber dissimular certas intenções, fazer crer que se têm certos objetivos para melhor atingir os seus fins” (CHARAUDEAU, 2017, p. 146). Esse *ethos* pode ser identificado em trechos em que o enunciador compartilha com TUd os seus projetos futuros, buscando, com astúcia, um fazer crer, por meio da demonstração de cumplicidade, quando pede à interlocutora que guarde segredo sobre seus planos¹⁵.

Apesar de construir alguns de seus argumentos com base em valores como honestidade e responsabilidade, de forma geral a imagem do enunciador apresenta características negativas. No mesmo trecho em que informa sobre seus projetos de viajar ao exterior (exemplo 2), o enunciador também se mostra audacioso, pois mesmo sendo menor de idade e não tendo permissão dos tutores, afirma que, se TUd não concordar com os planos que lhe apresenta, viajará mesmo sem esse consentimento, mostrando desprezo tanto para com a opinião quanto para com a necessidade da autorização da interlocutora.

Em outro trecho (exemplo 1), ao dizer que pagou as dívidas porque pode esperar mais tempo por dinheiro do que “os pobres diabos” a quem estava devendo, parece mostrar arrogância, pois, ao se referir aos credores nesses termos, se coloca acima deles, como se dissesse “minha situação é melhor do que a deles, pois eu tenho dinheiro, eles não”. Características semelhantes podem ser identificadas no exemplo 5, no qual o EUc se utiliza da autorreferência para deixar entender que, por ser um aristocrata, tem autoridade para enunciar sobre ou saber o que é melhor para um nobre. Entendemos que, ao se autodenominar um “Man of Rank” e caracterizar (com ênfase) a ideia de permanecer na faculdade como “ridícula”, o enunciador reforça a referida imagem de arrogância.

Além desse trecho, um *ethos* de esnobe, vaidoso e arrogante pode ser identificado em outras passagens da carta: quando argumenta que o crédito da universidade está vinculado ao nome dele (“the Credit of the University is as much attached to my Name, as if I had pursued my Studies *there* for a Century”¹⁶), quando diz que, se TUd não contratar um empregado, será impossível para ele visitá-la, afirmando também que a interlocutora passará despercebida com apenas empregadas mulheres em casa (exemplo 6) e quando se refere ao local onde a mãe vive como “sarjeta execrável” (exemplo 7).

Estando o desvelamento do *ethos* apoiado em sua relação com a identidade social e psicológica do sujeito, a imagem do enunciador é construída não apenas por meio dos mecanismos de interação verbal, materializados no ato de linguagem, mas também a partir da imagem prévia que TUd tem de seu correspondente. Como vimos em Prothero (1898), longe de convencer a interlocutora, os argumentos utilizados na carta provocam efeitos patêmicos negativos em TUd, que, além de não cair na armadilha discursiva de EUc, permanece irredutível em sua convicção de não atender aos caprichos do filho.

¹⁵ Conf. exemplo 8.

¹⁶ O crédito da universidade é muito ligado ao meu nome, como se eu tivesse seguido meus estudos por um século.

Considerações finais

Ao buscar produzir efeitos de persuasão no intuito de convencer a interlocutora a permitir com que abandonasse os estudos para viajar ao exterior, EUc constrói seus argumentos a partir de arranjos lógicos variados. Na encenação argumentativa, vimos que os procedimentos semânticos se baseiam em argumentos fundamentados em domínios como o do ético, do pragmático e do hedônico e que os procedimentos discursivos mais comuns são os de definição, comparação e citação.

Com isso, EUc engendra imagens diversificadas, mas que tendem a caracterizar o *ethos* de forma negativa. Apesar de dizer-se, indiretamente, responsável, honrado e preocupado com a opinião de TUD, de maneira geral o que se vê é a imagem de um enunciador que demonstra um total descaso sobre o que a interlocutora pensa ou deseja, pois utiliza um tom decidido e até arrogante em várias passagens. Nesse sentido, os elementos discursivos mobilizados no discurso constroem um autorretrato que revela um *ethos* vaidoso, crítico, rude, chantagista, irônico, arrogante, esnobe e desrespeitoso.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *A patemização na televisão como estratégia de autenticidade*. In: Mendes E.; Machado I.L. (org.), *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado Letras, 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 24 out. 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- COCHRAN, Peter. *Byron's correspondence and journals 01: from Newstead, Southwell, and other places in England: November 1799-july 1809*. Updated June, 21st, 2012. Disponível em: <https://petercochran.files.wordpress.com/2009/02/01-england-1791-180921.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- EISLER, Benita. *Byron: Child of Passion, Fool of Fame*. New York: Vintage Books, 1999.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *O ethos em todos os seus estados*. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (org.). *Análises do Discurso Hoje*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2010, p. 117-135.
- LANSDOWN, Richard. *Byron's letters and journals: a new selection*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.
- MACCARTHY, Fiona. *Byron: life and legend*. London: John Murray, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. *A propósito do ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia e incorporação*. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARCHAND, Leslie Alexis. *Byron: A Portrait*. London: Pimlico, 1993.

MORAES, Marcos Antonio de. *Edição da correspondência reunida de Mário de Andrade: histórico e alguns pressupostos*. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 115-128, jun. 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/114/506>. Acesso em: 17 nov. 2017.

PROTHERO, Rowland E., ed. *The Works of Lord Byron. A new, revised and enlarged edition, with illustrations. Letters and Journals*. Vol. I. London: John Murray, New York: Charles Scribner's Sons, 1898. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2016.